

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de **DESINSETIZAÇÃO e DESRATIZAÇÃO, COMBATE e MANEJO DE POMBOS, HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA**, para atender as necessidades do Restaurante Popular, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Restaurante Popular – Secretaria Municipal de Serviços Públicos
1.3	Fundamentação legal:	Art. 28, inciso I c/c art. 17, §2º c/c art. 33, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021
1.4	Período:	01 (um) ano, a partir da data da assinatura do Contrato
1.5	Tipo:	Menor preço por item

1.6 Serviço de **DESINSETIZAÇÃO e DESRATIZAÇÃO, COMBATE e MANEJO DE POMBOS, HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de DESINSETIZAÇÃO e DESRATIZAÇÃO, COMBATE e MANEJO DE POMBOS, HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA , para atender as necessidades do Restaurante Popular, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	ESPECIFICAÇÃO			
1	DESINSETIZAÇÃO e DESRATIZAÇÃO no Restaurante Popular, área 142 m² (interno e externo)	3417	SERVIÇO	12
2	HIGIENIZAÇÃO de caixa d'água com capacidade de 40.000 (quarenta mil) litros	13595	SERVIÇO	02
3	HIGIENIZAÇÃO de caixa d'água com capacidade de 1.000 (um mil) litros	13595	SERVIÇO	02
4	ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA das duas caixas d'água que abastecem o restaurante popular	19143	SERVIÇO	02
5	COMBATE e MANEJO DE POMBOS no Restaurante Popular, área 142m² , repelência, impedimento mecânico, afugentamento, controle populacional ou demais técnicas que se baseiem coerente e legal para o manejo da ave	20699	SERVIÇO	12

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 13.645/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades no Restaurante Popular, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa. Trata-se de serviço essencial e contínuo

1.10 Trata-se de serviço de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de desratização e desinsetização, combate e manejo de pombos, higienização de caixa d'água e análise da potabilidade da água é justificada por aspectos que voltam para saúde pública, qualidade do serviço prestado e a reputação do Restaurante Popular. Visa manter uma excelente condição de habitabilidade e o pleno funcionamento das instalações do Restaurante Popular, evitando assim a presença indesejável de insetos e roedores.

2.2 Primando sempre pela saúde, bem-estar dos servidores e frequentadores do Restaurante Popular, bem como evitar que o ambiente se torne insalubre.

2.3 A falta de execução destes serviços, além de infringir as normas sanitárias municipais e estaduais vigentes, poderá provocar complicações médicas provocadas por vetores, os quais podem trazer malefícios à saúde.

2.4 A ausência de pragas e garantia de água potável são aspectos essenciais para manter um ambiente seguro, higiênico, refletindo diretamente na qualidade dos alimentos servidos e na satisfação da população.

2.5 A dedetização e desinsetização são processos cruciais para eliminar e controlar a presença de pragas como baratas, formigas e outros insetos que podem transmitir doenças, contaminar alimentos e superfícies, e provocar reações alérgicas nos clientes e servidores.

2.6 O combate e manejo de pombos evita a contaminação dos alimentos e a proliferação de doenças, uma vez que o pombo pode ser vetor de diversas doenças.

2.7 A higienização regular das caixas d'água garante a qualidade da água utilizada no preparo dos alimentos.

2.8 A análise da potabilidade da água é um processo que envolve a verificação da qualidade da água para assegurar que seja segura para o consumo humano. Além de garantir a conformidade com as normas sanitárias, é essencial para prevenir doenças e proteger a saúde pública.

2.9 Garantir que os funcionários trabalhem em um ambiente seguro e higienizado contribui para o bem-estar, produtividade e moral.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A execução dos serviços de dedetização e desinsetização, combate e manejo de pombos, higienização de caixa d'água e análise da potabilidade da água por empresa especializada são medidas essenciais para o Restaurante Popular. Esses serviços garantem a saúde e segurança dos servidores e clientes, assegurando a conformidade com as normas sanitárias, preservar a reputação do estabelecimento e promovem um ambiente de trabalho saudável.

3.2 Em resumo, tem objetivo principal garantir a segurança, a saúde e o conforto das pessoas e servidores que frequentam o local.

3.3 DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO

3.3.1 São ações eficazes e contínuas de controle de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou proliferação dos mesmos.

3.3.2 Visa a exterminação e controle de todo e qualquer tipo de insetos ou pragas (baratas, pernilongos, formigas, aranhas, traças, ácaros etc.).

3.4 COMBATE E MANEJO DE POMBOS

3.4.1 O pombo é considerado uma espécie sinantrópica nociva, ou seja, interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos. Por isso, é considerado uma praga urbana.

3.4.2 Apesar disso não podem ser exterminados deve ser adotado medidas de controle, como a instalação de barreiras físicas, utilização de repelentes, controle de alimentação, dentre outros.

3.5 HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA

3.5.1 A higienização é um processo de operação que compreende duas etapas, a limpeza e a desinfecção realizado para garantir a qualidade da água armazenada.

3.5.2 A limpeza é a remoção de substâncias minerais e ou orgânicas indesejáveis e a desinfecção é a redução, por método físico e ou agente químico, do número de microrganismos em nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária.

3.5.3 Compreende na limpeza e desinfecção interna e limpeza externa dos locais em que se encontram.

3.5.4 Assim, a limpeza e higienização das caixas d'água envolvem a aplicação de produtos específicos para remoção de depósitos, desestabilização de biofilmes e eliminação de micro-organismos, garantindo a qualidade da água.

3.6 ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA

3.6.1 É um conjunto de testes e avaliações realizados para verificar se a água é segura para o preparo dos alimentos, através da coleta de amostra da água e análise laboratorial físico-químicas e microbiológicas.

3.6.2 Os parâmetros analisados abrangem aspectos físicos, químicos, microbiológicos e organolépticos (relacionados ao gosto, cheiro e aparência) da água.

3.7 A presente contratação se dará através de **Pregão Eletrônico** (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/21), com critério de julgamento menor preço por item.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratada deverá ter capacidade de atendimento de demanda com eficiência, presteza e zelo.

4.2 A prestação dos serviços deverá ocorrer em data, horário definidos pelo Restaurante Popular, sendo comunicado à empresa previamente.

4.3 As aplicações devem ser realizadas por equipe de especialistas, uniformizados, registrados e com atestado de saúde ocupacional vigente.

4.4 A natureza dos serviços a serem contratados é de caráter continuado, visto que é essencial ao Restaurante Popular, com fornecimento de mão de obra não exclusiva. Sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades.

4.5 A empresa contratada deverá ser credenciada no INEA.

4.6 A empresa deverá apresentar Licença Ambiental e Sanitária emitida em órgão competente e dentro do prazo de validade (art. 4º - RDC 622/2022).

4.7 A empresa deve ser especializada na execução dos serviços (art. 5º - RDC 622/2022).

4.8 A empresa somente poderá utilizar produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na ANVISA (art. 6º - RDC 622/2022).

4.9 A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções, devendo apresentar o registro profissional junto ao respectivo conselho (art. 7º - RDC 622/2022), bem como possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico (§ 2º do referido artigo).

4.10 Devem apresentar veículos com compartimento que isolem os saneantes desinfetantes e equipamentos dos ocupantes (art. 13 - RDC 622/2022).

4.11 As embalagens vazias devem retornar ao estabelecimento operacional da empresa (art. 14 - RDC 622/2022).

4.12 Após a execução dos serviços a empresa deverá fornecer comprovante de execução contendo, no mínimo:

4.12.1 Nome do cliente;

4.12.2 Endereço do imóvel;

4.12.3 Pragas alvo;

4.12.4 Data de execução dos serviços;

4.12.5 Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por pragas alvo;

4.12.6 Nome e concentração de uso dos produtos eventualmente utilizados;

4.12.7 Orientações pertinentes ao serviço executado;

4.12.8 Nome do responsável técnico com o número do seu registro do conselho profissional correspondente;

4.12.9 Número de telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

4.12.10 Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade. (art. 19, incisos - RDC 622/2022).

4.13 Deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com data da aplicação, nome do produto, grupo químico telefone do Centro de informação toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

4.14 A empresa deverá estar regulamentada pelas normas que regem tal atividade.

4.15 Os produtos não poderão causar danos à saúde humana.

4.16 Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 3 (três) meses.

4.16.1 Após a aplicação do produto e dentro do prazo de garantia dos serviços, caso seja constatado novo foco de baratas, formigas, ratos e outros vetores e pragas urbanas, a contratada deverá comparecer ao prédio onde foi constatado o foco no prazo máximo de 02 (dois) dias, sem ônus para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

4.17 No preço ofertado, além de estar compatível com o de mercado, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: acessórios, impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.

4.18 Possuir mão de obra capacitada e qualificada, em quantidade necessária, para o desempenho eficiente das tarefas.

4.19 É de responsabilidade da contratada o fornecimento de mão de obras, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários para execução dos serviços.

4.20 A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.21 Além dos comprovantes de execução, as empresas deverão apresentar laudo do serviço executado, como todas as informações.

4.22 DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO

4.22.1 Deverão ser executadas nas áreas internas e nas proximidades do Restaurante Popular.

4.23 COMBATE E MANEJO DE POMBOS

4.23.1 Toda atividade desenvolvida para o controle de pombos deve ser cuidadosamente planejada para evitar a morte das aves ou sofrimento. Apesar de serem considerados como espécies sinantrópicas nocivas pelo art. 5º, § 1º da Instrução Normativa n.º 141 do IBAMA, os pombos não podem ser exterminados, conforme a Lei Federal de Crimes Ambientais n.º 9.605/98.

4.23.2 Conforme artigo 2º, inciso V “fauna sinantrópica nociva: fauna que interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública;”

4.24 HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA

4.24.1 Deverá seguir normas e procedimentos rigorosos para garantir a segurança e eficácia do serviço.

4.24.2 Deverá realizar uma inspeção detalhada da caixa d'água antes do início do processo de limpeza para identificar danos ou irregularidades.

4.24.3 Realizar testes de qualidade da água após a limpeza para garantir que esteja livre de contaminantes.

4.25 ANÁLISE DA POTABILIDADE DA ÁGUA

4.25.1 Deverá realizar a coleta e análise laboratorial físico-químicas e microbiológicas de amostras de água das duas caixas d'água que abastecem o Restaurante Popular.

4.25.2 O início das análises deve se dar em até 24 (vinte e quatro) horas após a coleta da amostra.

4.25.3 A empresa deverá fornecer os procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte, bem como os frascos e embalagens para o regular acondicionamento e transporte da amostra.

4.25.4 Deverá ser realizada a análise microbiológica, de substâncias químicas que representam risco à saúde (substância inorgânica e agrotóxicas), radioatividade e do padrão de aceitação da água potável para preparação de alimentos.

4.26 LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.26.1 Avenida Alberto Braune, n.º 225, Centro, Nova Friburgo/RJ – CEP: 28.613-001. Dependências do Restaurante Popular.

4.26.2 A caixa d'água de 40.000 litros (quarenta mil) fica localizada ao lado do prédio do Restaurante Popular, na parte externa e superior. Já a de capacidade de 1.000 litros (mil) está localizada na parte interna e superior do Galpão dos Trabalhadores, em cima do banheiro masculino (área externa do Restaurante Popular).

4.27 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.27.1 A empresa deverá observar todas as normas contidas RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022 e demais legislações vigentes.

4.28 As empresas interessadas no certame poderão realizar visita prévia para levantamento geral das condições das áreas aqui envolvidas, para conhecimento e elaboração de sua proposta de preço.

4.29 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.8 Não haverá exigência a garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, haja vista, o objeto da contratação não se enquadrar em nenhuma das modalidades das garantias.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os serviços serão prestados pelo período de 01 (um) ano, atendendo ao quantitativo definido conforme o Item 1, subitem 1.6 deste Termo de Referência.

5.1.1 A execução dos serviços de **desinsetização e desratização e, combate e manejo de pombos** deverá ocorrer **mensalmente**, com aplicação ao mínimo **01 (uma) vez ao mês**, acompanhada do laudo e respectivo Comprovante de execução de Serviço, pelo período de 01 (um) ano.

5.1.2 A execução do serviço de **limpeza de caixa d'água e análise da potabilidade da água** deverá ocorrer ao mínimo a **cada 06 (seis) meses**, acompanhada do laudo e respectivo Comprovante de Execução do Serviço, pelo período de 01 (um) ano.

5.2 Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os serviços deverão ser executados no seguinte endereço: Avenida Alberto Braune, n.º 225, Centro, Nova Friburgo/RJ – CEP: 28.613-001.

5.4 Os serviços deverão ser executados com **data e horário previamente agendado** com a Gerente do Restaurante Popular.

5.5 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.

5.6 O Contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe o art. 107 da lei nº 14133/21.

5.7 A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

6.11 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: **Município de Nova Friburgo**, CNPJ: **28.606.630/0001-23**, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.613-001.

7.2 Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2, c/c art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

K) Autorização, expedido por órgão competente, para o exercício das atividades especializadas previstas neste Termo de Referência.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.4 - Comprovação de aptidão para execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.5 - Apresentação de Licença Ambiental e Sanitária de com a necessidade de cada item que compõe o objeto do presente processo.

8.15.6 - Declaração da própria licitante informando: o nome do profissional que será o responsável técnico pelo contrato, devidamente habilitado, acompanhada da prova de inscrição deste responsável técnico junto ao Conselho Profissional; que possui veículo com compartimento que isolem os saneantes desinfetantes e equipamentos dos ocupantes (art. 13 – RDC 622/2022); que somente será utilizado produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na ANVISA, conforme exige o art. 6 da Resolução RDC nº 622/2022.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.16 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.7 As sanções de multa aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmmf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	09001.0412200012.002	172000000017	3.3.90.39-43

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Nova Friburgo/RJ, 28 de maio de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/>	<hr/> Jackson Braga da Silveira Matr.: 301.216

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 13.645/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

JOSÉ SEBASTIÃO RABELLO (Zezinho do Caminhão)

Secretário Municipal de Serviços Públicos

Matr.: 063.664